

REELEIÇÃO E REFORMAS

Josaphat Marinho

Repercute mal na opinião pública o trato, com prioridade, na esfera política, da idéia de reeleição. Seja abrangente de governadores e prefeitos, ou restrita ao presidente da República, a iniciativa é inoportuna. A proposta de permitir novo mandato, sem interrupção, e na metade do primeiro que cumpre o chefe de Estado, não deve ser apreciada sem o cuidado que reclama a produdência política. Não se cuida, ainda, de dizer sobre a conveniência ou a legitimidade da pretensão. Esse é problema de mérito, a ser discutido noutro momento. O que cabe salientar, agora, é a extemporaneidade da medida, indicativa de manifesto açodamento, diante das questões pendentes no país, de interesse amplo, ou geral.

Ampliar a permanência no poder, mesmo mediante eleição, é providência examinável em instante de excepcional êxito administrativo. Quando tranqüilizada a população, com decisões acertadas sobre as necessidades comuns básicas, é que tal tentativa pode ser objeto de consideração. Garantida efetiva e extensa assistência à saúde. Aprimorado e alargado o sistema de educação. Corrigida a má distribuição de renda. Reduzidas as desigualdades sociais e econômicas, nas cidades e no campo. Assegurando o emprego, ou pelo menos diminuído o desemprego. Conseguidas essas conquistas, e outras equivalentes, necessárias ao bem-estar coletivo, é que se tornará lícito fixar o que interessa essencialmente aos governantes. A estabilidade do real e a contenção do processo inflacionário são procedimentos elogiáveis, mas insuficientes, sobretudo porque a política neoliberal tem prejudicado as atividades econômicas reprodutivas.

A cresce que o governo federal, desde sua instalação, argüiu a necessidade de reformas institucionais e econômicas, como imprescindíveis ao desenvolvimento. Se não as apresentou dentro das prioridades exatas, encaminhou-se seguidamente ao Congresso Nacional. Pendem de deliberação parlamentar algumas das propostas que o Poder Executivo arrola entre as principais: a reforma administrativa, a da previdência e a tributária. Também há iniciativas na esfera da educação que ainda não se complementaram, como muitas das que se vinculam à Lei de Diretrizes e Bases. As proposições em curso envolvem os servidores públicos, uns em serviço e outros aposentados, ou alcançam a situação de beneficiários da previdência, de múltiplas origens. No que se refere à educação, há efeitos pendentes relativos a instituições de ensino, e outros concernem a pessoal, inclusive salário de professores. Todas essas matérias têm preferência sobre a reeleição, porque tratam de soluções de interesse imediato de grupos sociais extensos. E a demora nas deliberações não é de exclusiva responsabilidade do Poder Legislativo. Resulta da natureza complexa das reformas, ou

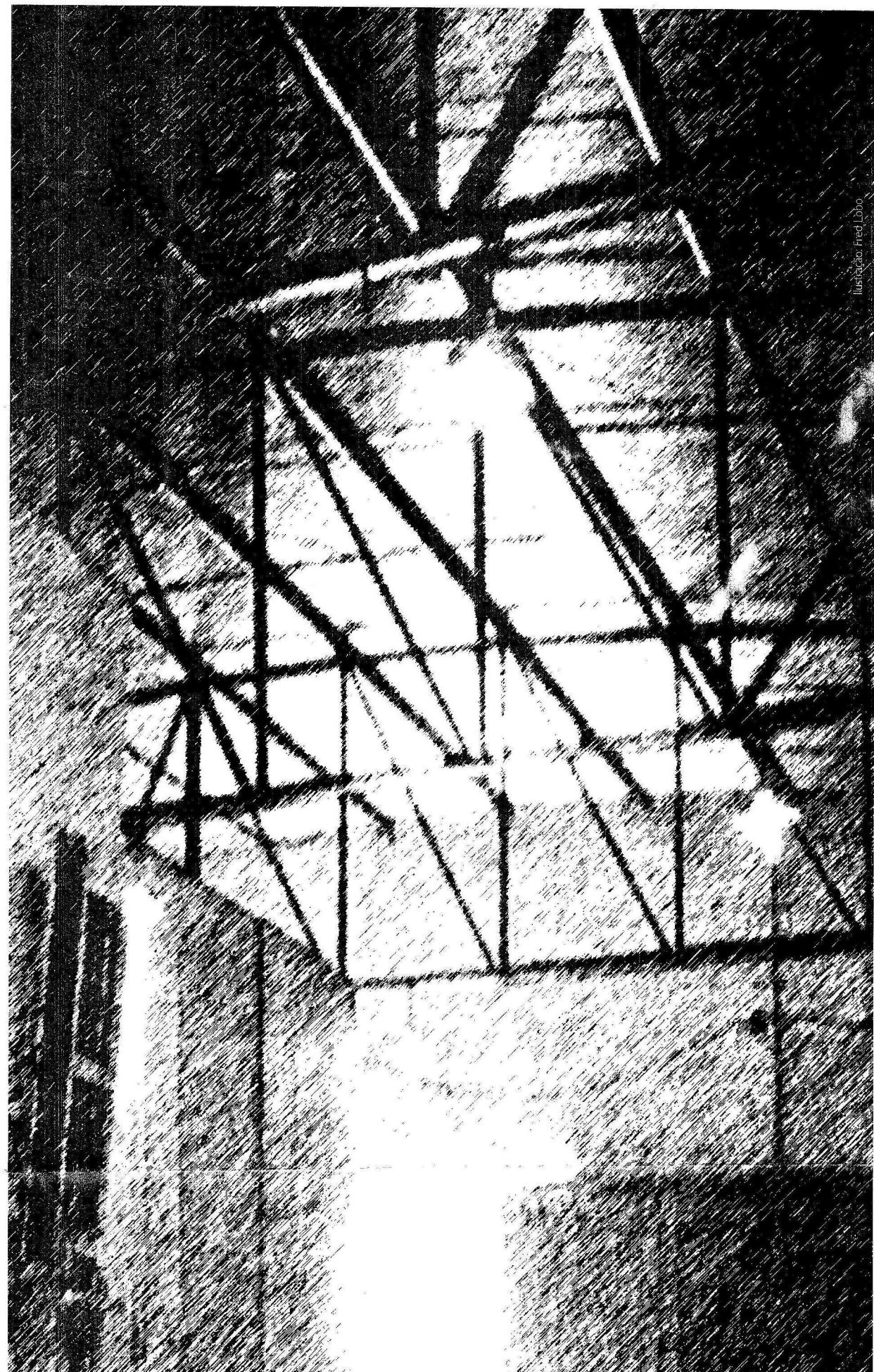


Ilustração: Fred Lobo

de estilo impróprio e excessivamente polêmico do delineamento das propostas, como no caso da reforma administrativa e da previdência.

Mais grave, por sua amplitude, é a situação da reforma tributária. Cuidando de impostos e taxas e do modo de cobrá-lo, a modificação constitucional nesse ponto abrange a União, os estados e municípios, e os contribuintes em geral. Assinala-se que no regime atual há tributos em demasia e a cobrança não é equitativa, sobrecarrega uns, enquanto libera muitos, injustamente. Pior é

que se verifica profundo desequilíbrio financeiro nos estados e municípios, estendendo-se a quase todas as unidades federadas. Tanto que as autoridades da União traçam normas e estabelecem entendimentos com os poderes regionais, para soluções de emergência. A situação crítica, porém, pede decisões definitivas, que vençam as dificuldades e resguardem a autonomia das unidades agregadas. E tais decisões dependem da reforma tributária.

Todos esses problemas têm prioridade sobre a reeleição, que nem

sequer foi assunto de consulta ao povo, na última eleição de âmbito federal. Por isso mesmo, a pressa, e também a surpresa, com que a reeleição é agora ambicionada, não desperta entusiasmo popular. Segundo as pesquisas de opinião, os que admitem a medida não a aceitam, no mesmo percentual, para o presidente ora no exercício do cargo. A sensibilidade do povo é maior do que imagina a sabedoria política.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia